



# SINED

IV Simpósio Nacional de Educação  
III Encontro Nacional de Promotores de Justiça da Educação

9,10 e 11  
agosto

*Anote aí*

Painel 8 - Perspectivas para a valorização dos profissionais da educação  
Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

# Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Hoje é considerada a articulação mais ampla e plural no campo da educação no Brasil, constituindo-se como uma rede que articula centenas de grupos e entidades distribuídas por todo o país, além de milhares de cidadãos que acreditam na construção de um país justo e sustentável por meio da oferta de uma educação pública de qualidade.





**Vitória da Sociedade Civil!**

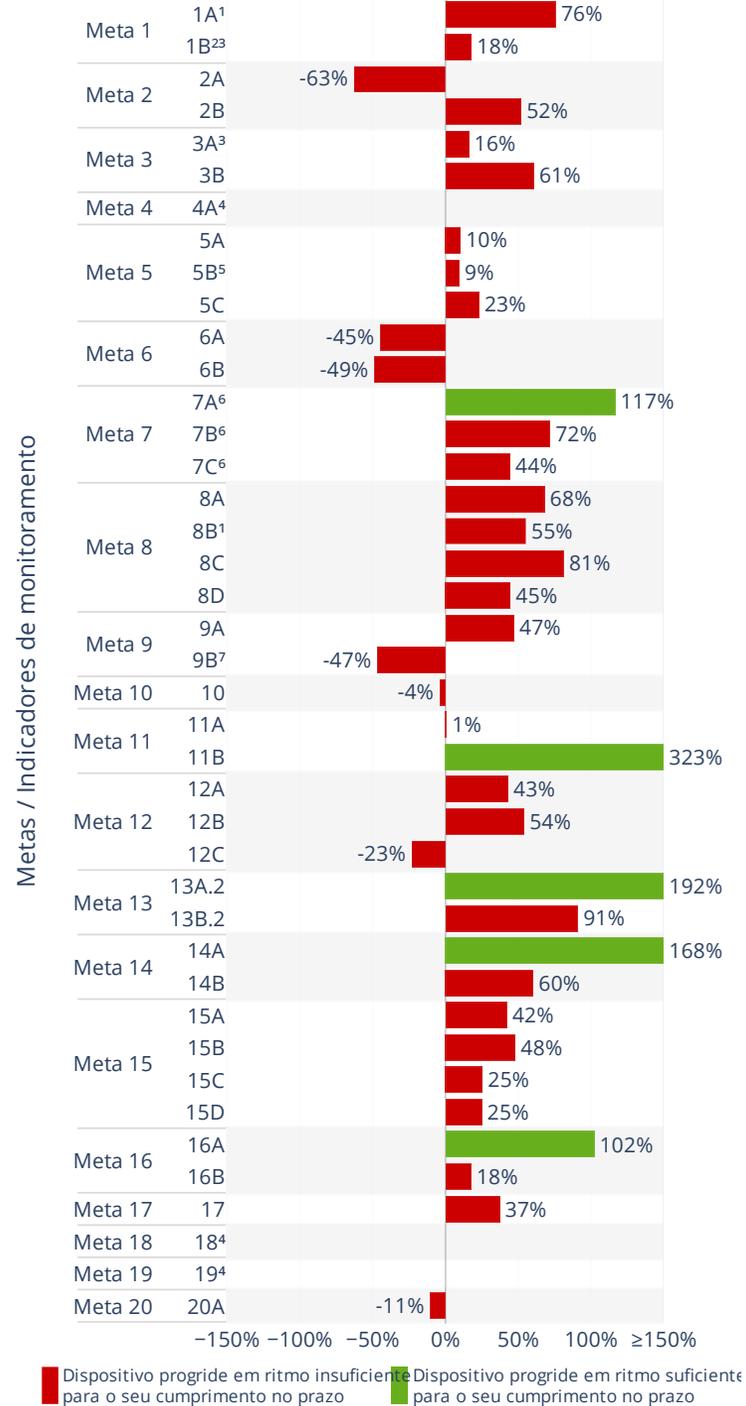
Vamos dividir o bolo!

Mais recursos da União para o CAQi



2022

# PROGRESSO NO CUMPRIMENTO DAS METAS DO PNE



2022

## 8º BALANÇO ANUAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- Baixa taxa de avanço em praticamente todas as metas, 45% (9/20) delas estão atualmente em retrocesso
- Das 20 metas do PNE, 8 (40%) não possuem dados abertos para serem completamente avaliadas. Em alguns casos só conseguimos dados por meio da Lei de Acesso à Informação e em outros, não recebemos resposta
- Nenhuma das metas do PNE em andamento possui todos os seus dispositivos com ritmo de avanço suficiente para ser plenamente cumprida até 2024. Isso significa que essas metas possuem entraves para sua plena realização, com dispositivos avançando em ritmo lento

2022

## 8º BALANÇO ANUAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- 15 metas não estão cumpridas
- Entre as 5 metas parcialmente cumpridas estão aquelas que já estavam avançadas no momento da aprovação da Lei em 2014, não indicando propriamente progresso do sistema educacional
- Dos 38 dispositivos em andamento, que servem como parâmetro para as metas, apenas 5 avançam em ritmo suficiente para serem cumpridos até o final da vigência do Plano. Isso representa uma taxa de descumprimento da Lei de cerca de 86%

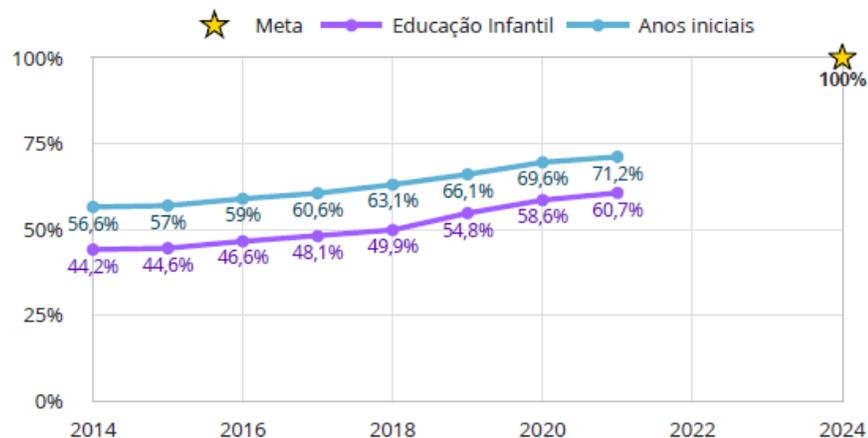
## META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

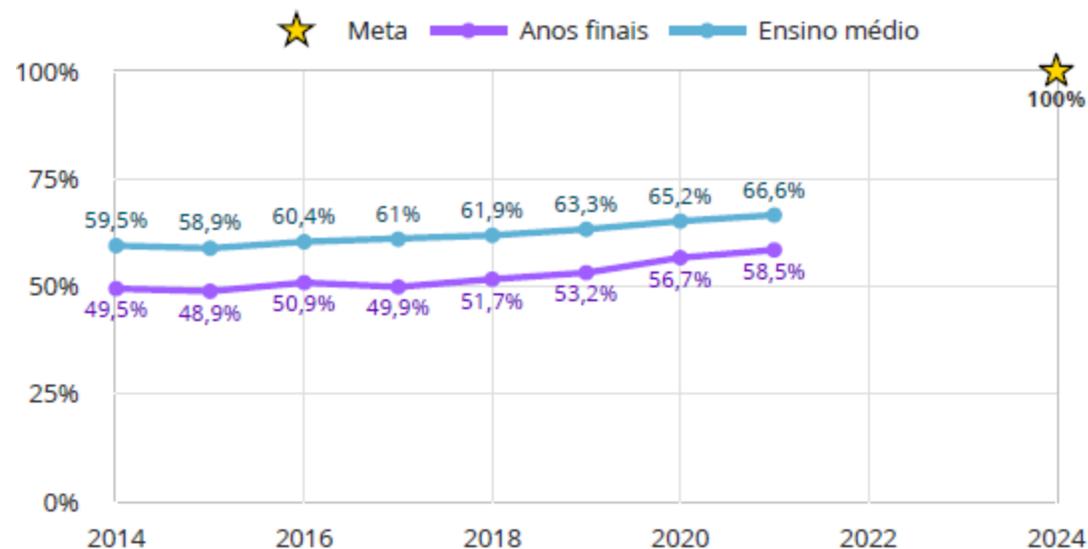
## RITMO LENTO

Em nenhuma das etapas da educação básica o avanço no percentual de docências com formação adequada tem sido rápido o suficiente para que se atinja até 2024 o nível estipulado no plano. Em 2017, o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Formação de Professores, estabelecendo para o currículo dessa formação uma Base Nacional de Formação Docente.

### Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



### Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam

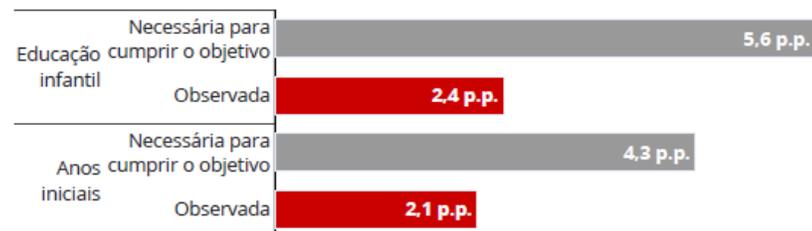


#### Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam (%)

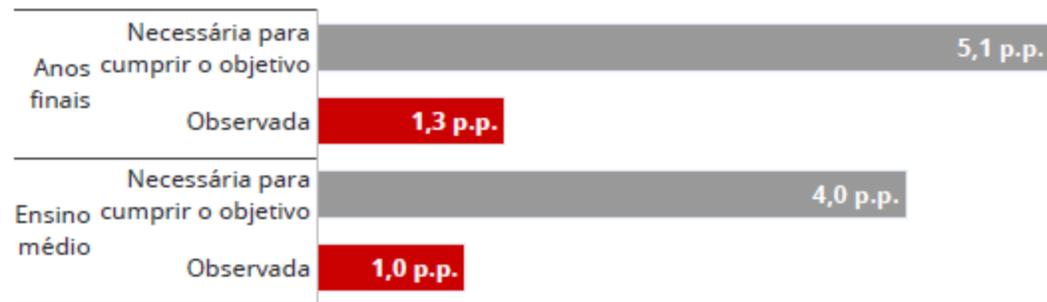
Etapa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ed. infantil	44,2	44,6	46,6	48,1	49,9	54,8	58,6	60,7
Anos iniciais	56,6	57,0	59,0	60,6	63,1	66,1	69,6	71,2
Anos finais	49,5	48,9	50,9	49,9	51,7	53,2	56,7	58,5
Ens. médio	59,5	58,9	60,4	61,0	61,9	63,3	65,2	66,6

Fonte: Indicador de Adequação Docente / INEP / MEC.

#### Varição média no indicador a cada ano



#### Varição média no indicador a cada ano



## META 16

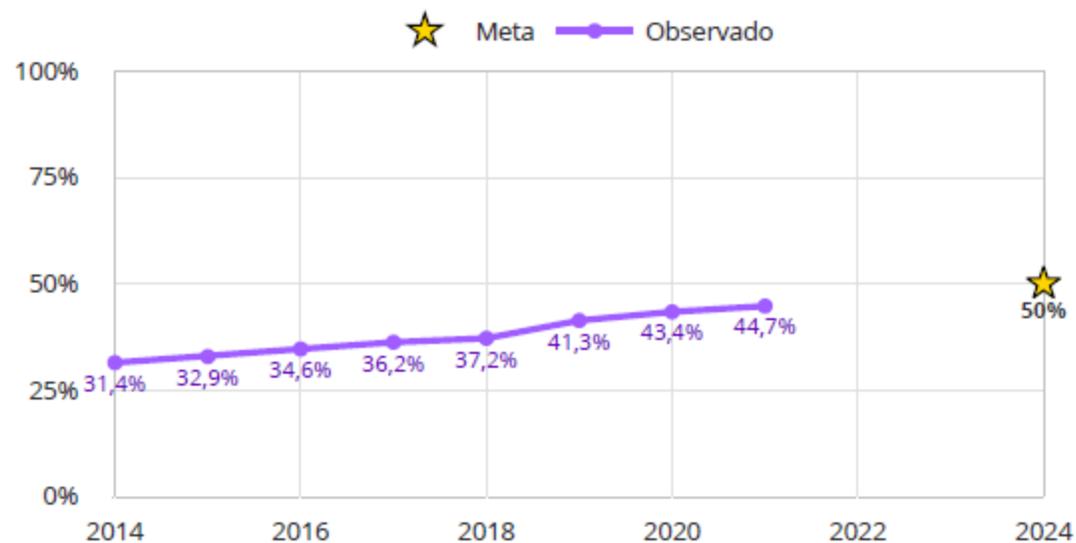
Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

# LACUNA DE DADOS

Desde 2014 o primeiro objetivo da meta 16 vem aumentando a 1,9 pontos percentuais por ano, em média, o que é pouco maior do que o ritmo necessário para atingir o nível disposto no PNE, mas para materializar o cumprimento do objetivo é necessário manter o ritmo observado.

O formato restrito de divulgação do Censo da Educação Básica implementado no início deste ano não permite mais o cálculo dos indicadores desta meta. Assim, os dados de 2021 tiveram que ser obtidos via Lei de Acesso à Informação. Em 2021, dos 2.230.891 docentes em atividade na educação básica, 1.233.192 ainda não haviam recebido qualquer tipo de formação continuada.

## Percentual de professores da educação básica com pós-graduação



### Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação (%)

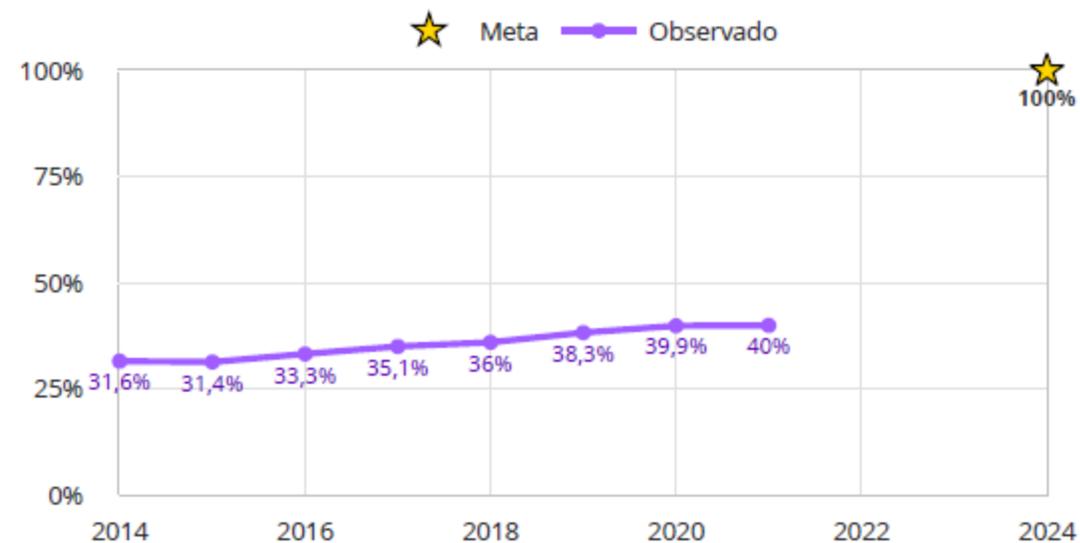
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,4	32,9	34,6	36,2	37,2	41,3	43,4	<b>44,7</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano



## Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada



### Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,6	31,4	33,3	35,1	36,0	38,3	39,9	<b>40</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano



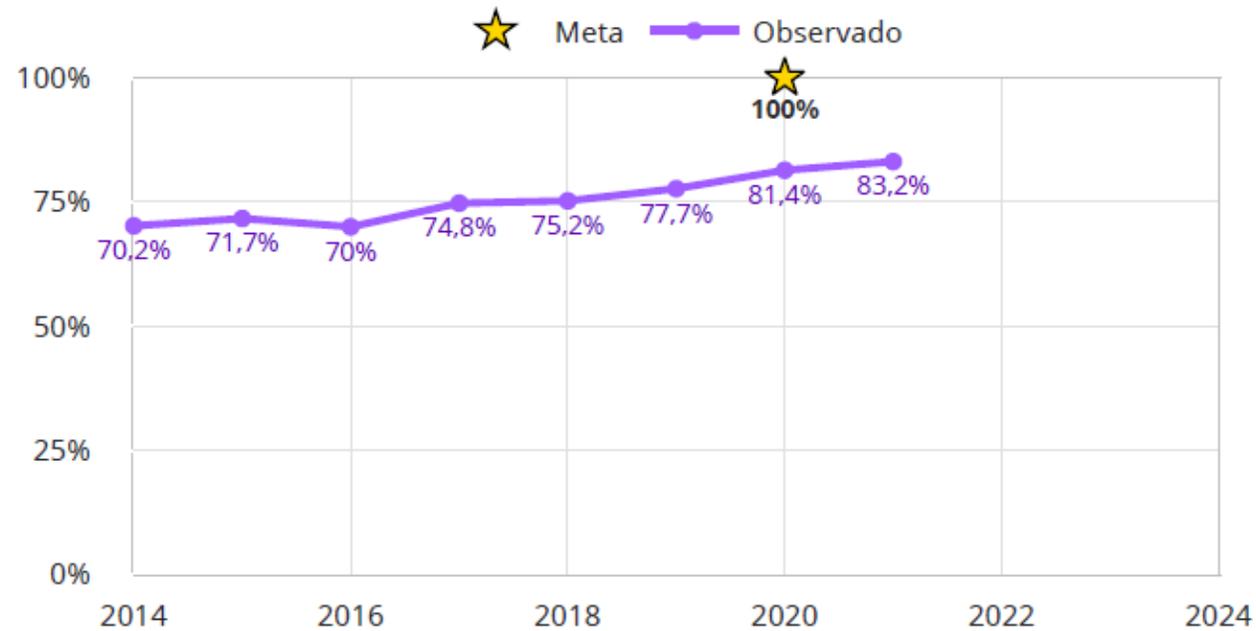
## META 17

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

## RITMO LENTO

Prevista para 2020, a meta de equiparar o salário médio dos professores ao dos outros profissionais de mesma idade não foi cumprida no prazo, tendo avançado a cerca de um terço do ritmo necessário ao seu cumprimento. Sem alteração desse padrão de evolução, a tendência é que ao fim da vigência do atual PNE a situação ainda esteja irregular.

## Rendimento médio dos docentes com ens. sup. completo das redes públicas, em relação aos demais profissionais de mesma escolaridade



### Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
70,2	71,7	70	74,8	75,2	77,7	81,4	83,2

Fonte: PNAD Contínua / IBGE.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano

Necessária para cumprir o objetivo

5,0 p.p.

Observada

1,9 p.p.

## META 18

Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

# LACUNA DE DADOS

Para além do atraso no cumprimento desta meta, é grave a ausência de dados adequadamente atualizados que permitam verificar a correção deste quadro. É requisito básico, portanto urgente, que o governo federal organize a coleta ao menos bianual das informações necessárias ao monitoramento desta e de todas as metas do Plano, seja por meio de reorganização das pesquisas já existentes, seja pelo desenvolvimento de novos instrumentos.

<b>CUMPRIMENTO DOS QUESITOS DA META 18 NO ANO DE 2018</b>					
<b>Requisito</b>	<b>Unidades Federativas</b>		<b>Municípios*</b>		
	<b>Cumpre</b>	<b>Não cumpre</b>	<b>Cumpre</b>	<b>Não cumpre</b>	<b>Sem informação</b>
Possui plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério	100%	0%	96%	4%	0%
Possui plano de carreira vigente para os profissionais da educação não docentes	81%	19%	39%	61%	0%
Prevê limite máximo de 2/3 da carga horária docente em atividades de interação com os educandos	85%	15%	74%	26%	0%
Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei	70%	30%	74%	26%	0%
<b>Cumprem todos os requisitos da meta 18</b>	<b>52%</b>	<b>48%</b>	<b>24%</b>	<b>76%</b>	<b>0%</b>
<b>Meta 2016</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

Fonte: Munic e Estadiv 2018 / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direto à Educação.

\* Há apenas dois casos de falta de informações sobre o tema na Munic 2018. O município de Brejo - MA se recusou a informar sobre qualquer um dos quatro quesitos à pesquisa; já a pessoa responsável pelas informações de Almas - TO declarou não saber responder sobre a prescrição do "terço" no plano de carreira docente do município.

## META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

## RETROCESSO

Com o agravamento da crise política no país, as diretrizes que marcam a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na formulação e no monitoramento de políticas educacionais têm sido enfraquecidas.

Face evidente deste fenômeno, o processo de militarização de escolas incentivado pelo atual governo evolui em franca oposição aos princípios mais básicos de gestão democrática ao importar para o contexto educacional valores, práticas e profissionais adaptados à obediência e submissão hierárquica.

<b>Quesitos da Meta 19 relacionados a colegiados extraescolares* - 2018</b>		
	<b>Unidades Federativas</b>	<b>Municípios</b>
Percentual de colegiados extraescolares existentes	100%	84%
<b>Percentual de colegiados extraescolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação</b>	<b>79%</b>	<b>60%</b>
<b>Meta 2016</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório do 3º ciclo de monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação / Dired / INEP.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

\* Os colegiados extraescolares são: Conselho Municipal / Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação

\*\* Não há na Munic e na Estad ic dados sobre recursos fornecidos aos respectivos Fóruns Permanentes de Educação

<b>Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar</b>			
<b>Meta 2016</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>100%</b>	6,6%	6,6%	<b>6,0%</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

<b>Percentual de colegiados intraescolares* existentes nas escolas públicas brasileiras</b>			
<b>Meta 2016</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>100%</b>	37,6%	38,1%	<b>39%</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

\* Os colegiados intraescolares são: conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis

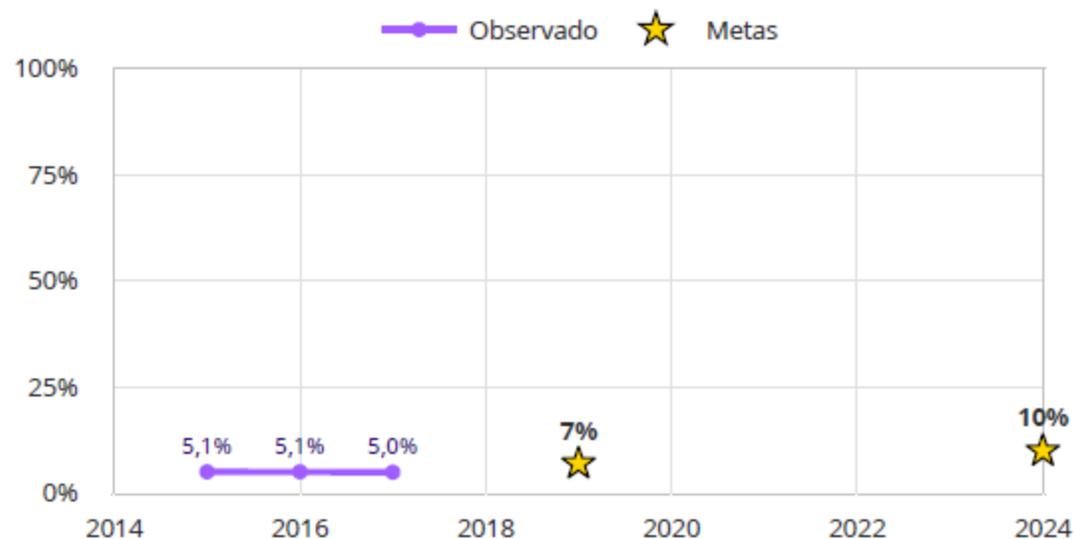
## META 20

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

## RETROCESSO

A meta 20 é fundamental para o cumprimento do restante do Plano Nacional de Educação. Por esse motivo, também é instrumental para entender o estado de descumprimento do Plano. Para 2019, o PNE previa uma destinação de 7% do PIB para a educação, o que dificilmente foi atingido, já que os gastos estiveram em torno de 5% de 2015 a 2017, tendo uma queda ao invés de subir. A austeridade fiscal que se aprofundou nesse período não saiu de cena desde a aprovação da EC 95/2016 do Teto de Gastos.

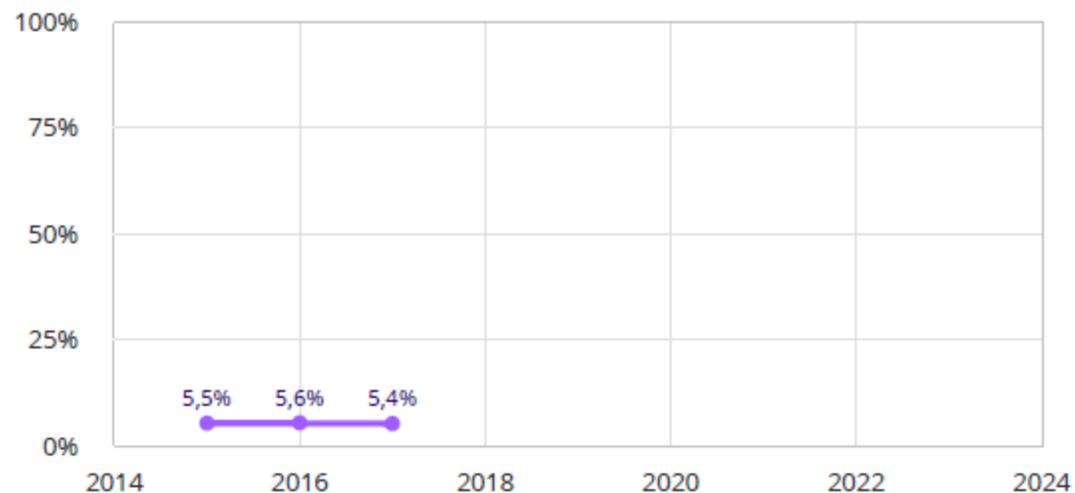
### Gasto público em educação pública, em proporção do PIB



Gasto público em educação pública, em proporção do PIB (%)				
2015	2016	2017	Meta 2019	Meta 2024
5,1	5,1	5	7	10

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIREC - INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

### Gasto público em educação, em proporção do PIB



Gasto público em educação, em proporção do PIB (%)				
2015	2016	2017	Meta 2019	Meta 2024
5,5	5,6	5,4	-	-

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIREC - INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

### Variação média no indicador a cada ano

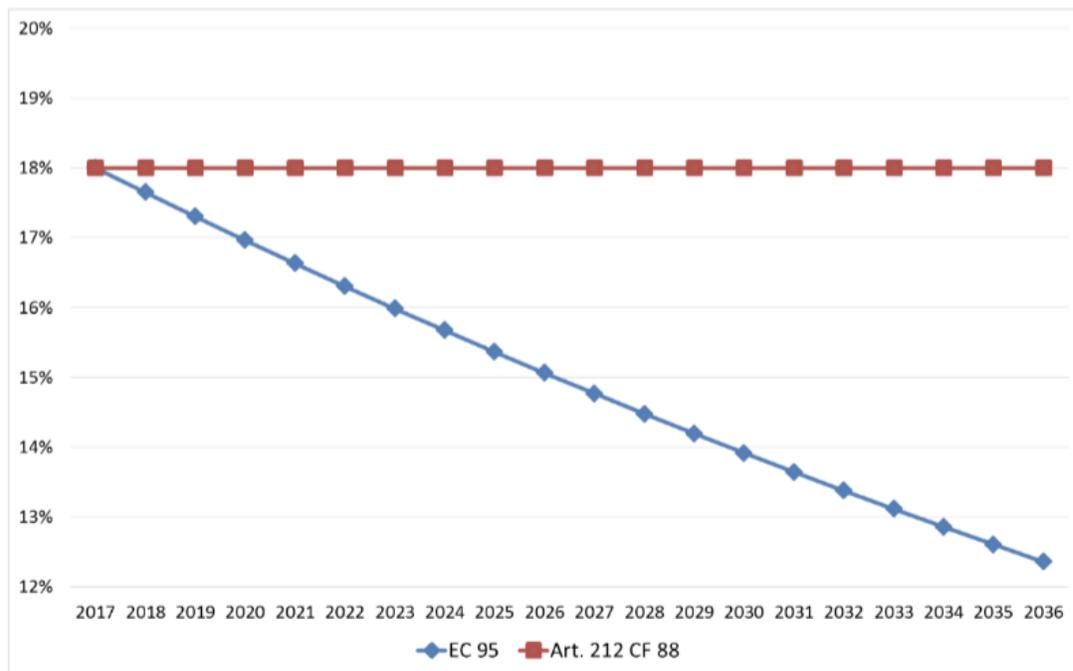


## Impactos das medidas de austeridade para o direito à educação

- Inviabiliza o cumprimento do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014)
- Pressiona outras políticas em uma perspectiva de adequação orçamentária,
- Diminui o valor mínimo destinado à área, em proporção das receitas e do PIB



## Impactos das medidas de austeridade para o direito à educação



Fonte: Adaptação livre de Rossi e Dweck (2016).

\* A simulação parte da hipótese de que o PIB cresce 2% ao ano no período e que a receita líquida acompanha o crescimento do PIB.

Com a sanção da EC 95/2016, o gasto mínimo com educação deve ser igual a 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) – conforme a previsão da Constituição Federal –, com referência ao ano de 2017. A partir de então, o valor será congelado neste patamar, sendo somente reajustado pela inflação. Com isso, o valor mínimo destinado à educação cairá em proporção das receitas e do PIB.

# A crise na educação brasileira não é uma crise, **é um projeto.**

Darcy Ribeiro

EC 95/2016, Teto de Gastos

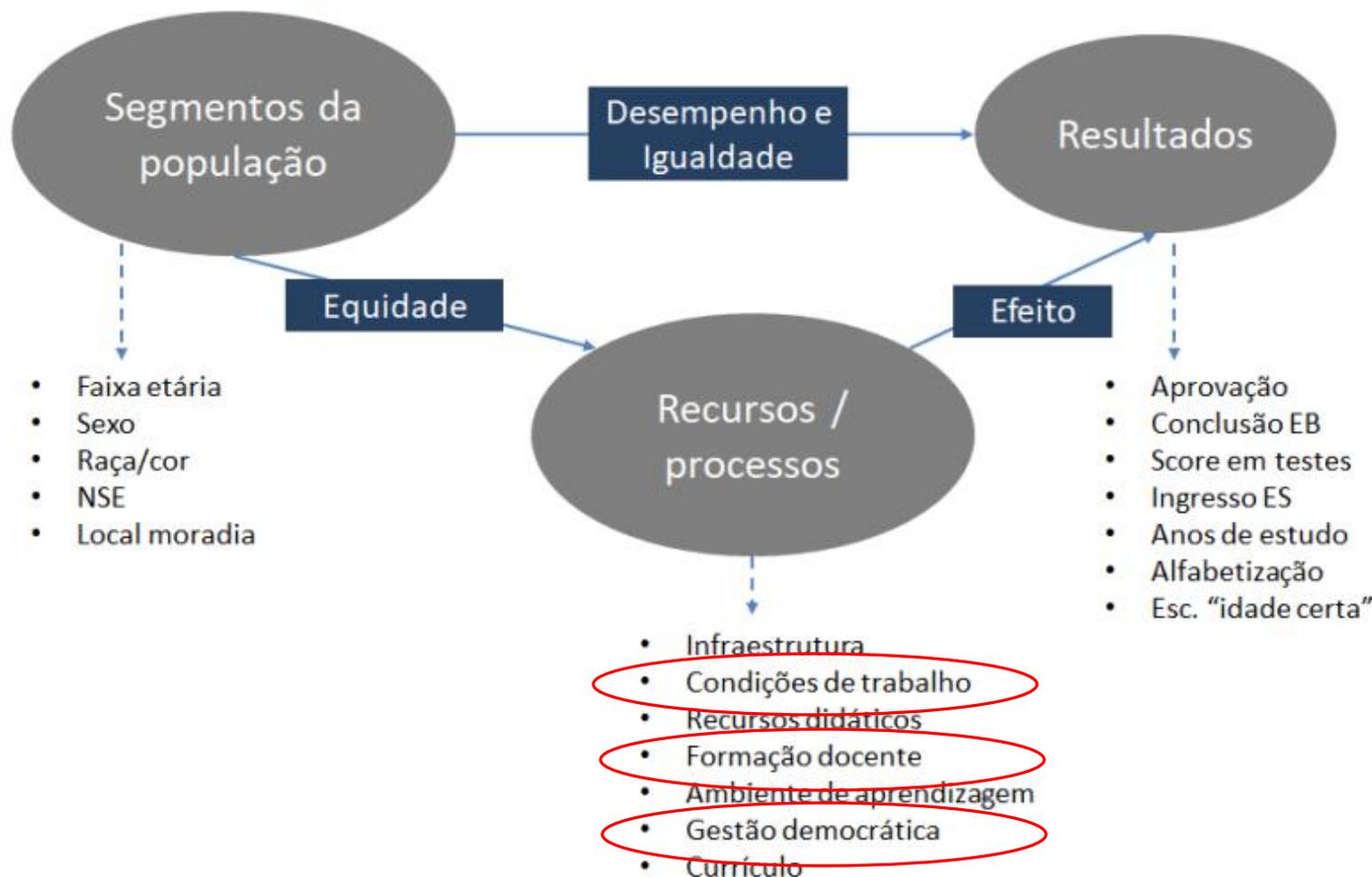
Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17);

EC 109/2021 e a PEC 13/2021, alinhadas à limitação de investimentos públicos e que desobrigam o cumprimento do piso de investimento constitucional;

PECs da Reforma Tributária (PEC 110/2019 e PEC 45/2019)

PEC da Reforma Administrativa (PEC 32/2020),

# O financiamento adequado é um dos pilares de um sistema educacional justo



A partir de uma base de dados de 5.520 municípios, 26 estados e o Distrito Federal, foram determinados fatores que impactam na qualidade da educação:

- nível socioeconômico dos alunos,
- características da oferta de educação básica, bem como da localidade,
- financiamento da educação básica, e
- condições de oferta do ensino.

## Por que seguir monitorando e defendendo o Plano Nacional de Educação?

- É a espinha dorsal da política educacional até pelo menos 2024.
- É um pacto social e baseado no direito à educação.
- É caminho para o cumprimento do Capítulo III, Seção I da Constituição Federal de 1988, “Da Educação”, especialmente a sustentação no artigo 205: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*
- Não desprezamos a legislação vigente.
- De acordo com pesquisa Right to Education Index 2018, o Brasil é referência em termos de legislação, mas é um dos piores em termos de implementação legal. É preciso mudar essa prática.



## Por que seguir monitorando e defendendo o Plano Nacional de Educação?

- O PNE traz referências para financiamento adequado da educação, com base em acesso, permanência e padrão de qualidade social.
- O PNE garante gestão democrática na educação, que é primordial para conter avanços de privatização e agendas conservadoras.
- O PNE garante condições de trabalho, formação inicial e continuada adequada, e valorização das profissionais da educação.
- O PNE é caminho para a justiça social e para a democracia, pois está a favor de uma educação pública, gratuita, equitativa, inclusiva, laica e de qualidade social universal.

# VITÓRIA DA ESCOLA PÚBLICA

Com **CAQ na Constituição**  
e **Fundeb permanente,**

a realidade da escola  
pública no Brasil  
será transformada

#FundebPraValer  
#FundebComCAQ  
#AprovaFundeb



Campanha NACIONAL  
pelo **DIREITO** à  
**EDUCAÇÃO**

## Qualidade em uma perspectiva democrática

Sempre é preciso explicitar o que se pensa como “**qualidade para todos**”. **Se for apenas para alguns, não será qualidade na perspectiva democrática e popular. Será privilégio.** Então tentamos recuperar o significado de “qualidade” considerando esses princípios.

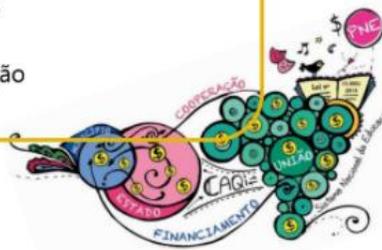
Na disputa sobre o termo “qualidade”, muito se discute sobre os fins da educação, ou seja: como é essa educação de qualidade? O que ela deve ensinar? O que ela deve desenvolver nos alunos? O CAQ, como já mostramos, não amarra ou padroniza esses caminhos, ao contrário, garante:

1. as **condições para que cada escola possa fazer suas escolhas pedagógicas**, de acordo com sua realidade,
2. a **estrutura** para que possa colocar essa educação em prática,
3. a possibilidade de as comunidades educacionais, os gestores, e os órgãos de controle **gerenciarem os investimentos** na educação e saberem **se o recurso direcionado para essa estrutura está chegando onde deveria e não sendo desviado**, e
4. as condições para o **enfrentamento necessário às desigualdades em todas as regiões do país**, ao garantir qualidade em todas as escolas, **chamando à responsabilidade** a União, os estados, o DF e os municípios, sendo indutor de justiça social e federativa.

Fora isso, **o CAQ, por reunir tantos elementos de forma sistêmica, é gerador de segurança jurídica e potencializa a ampliação de oferta** com qualidade por parte da gestão pública, e não o contrário.

Dessa forma, **o CAQ reflete a qualidade em uma perspectiva democrática**, por garantir:

- ✓ Gestão democrática
- ✓ Infraestrutura de qualidade, que pauta o financiamento
- ✓ Parâmetros para gestão do recurso público
- ✓ Mecanismos de controle social e de combate à corrupção
- ✓ Enfrentamento das desigualdades e justiça federativa



A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mais uma vez, formulou argumentos técnicos e políticos consistentes, coordenando ampla e decisiva mobilização social, em atuação vitoriosa para a melhoria do texto aprovado, que contemplou todos os pontos propostos e defendidos pela Campanha:

- Aumento da complementação da União dos atuais 10% para 23%, com recursos novos e preservando o Salário-Educação
- Constitucionalização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), como parâmetro para qualidade adequada da educação e como mecanismo de controle social, melhoria da gestão, segurança jurídica, fazendo avançar a justiça federativa no Brasil
- Incorporação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) como política de avaliação que inclui, mas supera as avaliações de larga escala
- Aprovação de sistema híbrido de distribuição de recursos, sendo mais equitativo, mas sem desestruturar grandes redes públicas do Norte e Nordeste do país
- Uso do recurso público exclusivamente para a educação pública
- Destinação dos 70% dos recursos do Fundeb para a valorização de todos os profissionais da educação
- Proibição do desvio dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para o pagamento de aposentadorias. Atualmente, as escolas públicas perdem R\$ 20 bilhões com essa transferência indevida.



Campanha Nacional pelo Direit...

@camp\_educacao

Em 2011, ganhamos, junto c a CNTE no STF a lei do Piso; em 2014, aprovamos 10% do PIB para a educação no PNE, considerando valorização dos profissionais da educação; mais recentemente, em 2020, aprovamos o novo Fundeb c mais que o dobro de complementação da União e (+)

8:46 · 26 jan. 22 · [Twitter for Android](#)



Campanha Nacional pelo Direit...

@camp\_educacao

com a garantia do Custo Aluno-Qualidade, cujo elemento de peso em seu cálculo é o salár dos profissionais. A Campanha segue defendendo todas essas conquistas na legislação e, portanto, defendemos q o piso siga esses parâmetros", afirma [@andressapelland](#)

## PISO SALARIAL PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA TEM REAJUSTE DE 33,24%

CNTE NA MÍDIA - BOM DIA AMAZÔNIA - 28/01/2022



**CNTE** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
www.cnte.org.br

Filiada a **CUT**

**FNPE**

# The Global Education Cooperation Mechanism

The GCM builds on the **2015 Incheon Declaration and Education 2030 Framework for Action**, which envisaged a cooperation and monitoring mechanism with the Global Education Meeting (GEM) at its centre.

The GCM is best understood as the ecosystem consisting of all global education actors that participate in the Global Education Meeting and have agreed to work cooperatively in support of SDG 4. It also comprises the joint platforms and initiatives developed by those global education actors in pursuit of SDG 4.



# The HLSC structure for affirmative action

The HLSC is the governance engine of SDG 4, with responsibility to create and sustain positive incentives for coordinated international action and to improve accountability for results.

The HLSC has been formed with specialists and experts from across the globe, who will bring a multi-faceted and global perspective to the agenda.

It consists of a Leadership Group at Ministerial or Head of Agency level, composed of 28 members of which 18 represent the 6 regions of the world, with two countries and one inter-governmental regional organization per region, who will meet once annually to provide leadership on the global education agenda.

Other key constituencies of the global education community represented are

- **civil society organizations**
- **the teaching profession**
- banks and funds
- foundations and private sector
- **youth and students**
- development cooperation or donor constituency
- multilateral organizations



# Collective Consultation of NGOs on Education 2030

**Civil society organizations (CSOs)** play a central role in the implementation and monitoring of the 2030 agenda. The Collective Consultation of NGOs on Education 2030 (CCNGO-Education 2030) is a key mechanism for **dialogue, reflection and partnership with NGOs** working in the field of education (see their [working procedures](#)).

The CCNGO-Education 2030 is the CSO voice of the Global Education Cooperation Mechanism. Its members take an active part in the following:

- SDG4 Education 2030 High-Level Steering Committee
- Sherpa group of the Steering Committee
- Technical Cooperation Group
- Regional SDG4 Education 2030 committees



UNITED NATIONS  
TRANSFORMING  
EDUCATION  
SUMMIT 2022

## United Nations Transforming Education Summit

### Thematic Action Track 3: Teachers, teaching and the teaching profession

Discussion Paper (Final draft –15 July 2022)

#### I. Context, challenges and opportunities

Teachers, trainers and other education personnel are generally considered the single most influential variable in an education system for achieving learning outcomes.<sup>1</sup> The achievement of SDG 4 and the transformation of education will depend heavily on teachers and education personnel<sup>2</sup> that are empowered, adequately recruited, well-trained, professionally qualified, motivated and supported within well-resourced, efficient and effectively governed systems.<sup>3</sup> The challenge of Action Track 3 of the Transforming Education Summit is to seek commitments and action to create such an education workforce in a manner that is sustainable and achievable.

Currently, education systems are confronted by four major challenges related to the education workforce: personnel shortages; difficulties in ensuring adequate qualifications, skills and professional development needs of teaching personnel; low status and working conditions, and lack of opportunities to develop teacher leadership, autonomy, and innovation.

In 2016, it was estimated that 69 million teachers were needed globally to meet SDG 4<sup>4</sup>. Without enough teachers, classrooms are overcrowded, teachers are overworked and demotivated, and the quality of teaching is inadequate to enable all learners, especially the most vulnerable, to achieve desired learning outcomes. While this number has decreased as we approach the target year, it is

## II. What does the transformation look like?

Educational transformation will only happen if teachers are professionalized, trained, motivated, and supported to drive the process and to guide their learners to reach their objectives and well-being. It is important to acknowledge that the 80 million teachers world-wide cannot be expected to be super-heroes: we must build an education-supportive environment where the work of teachers is amplified outside the educational institution.

- a) Each country has the right number of well-trained and qualified teachers and other education professionals in the right place with the right skills
- b) All teachers have quality initial training and continuous professional development throughout their careers
- c) Every teacher, school leader and other education worker has a recognized professional status, can participate in social and policy dialogue and works in conditions that enable them to be effective and to transform education from within
- d) Teachers and other professional roles are empowered to lead learning, innovate and harness relevant research

## V. Recommendations for global action

Based on global consultations, on-line input and commentary on draft versions of the paper, and input received during the Pre-Summit in Paris in June 2022, Action Track 3 recommends the following three initiatives for future global action and national commitments:

1. **Accelerate efforts to improve the status of teachers and their working conditions to make the teaching profession more attractive through robust social dialogue and teacher participation in educational decision making.** This includes putting teacher perspectives at the centre of all decision-making in education and measures to increase teacher autonomy. A national indicator for this could be an index of qualified and supported teachers and national social dialogue mechanisms in place.
2. **Accelerate the pace and improve the quality of teacher professional development through the adoption of comprehensive national policies for teacher and teaching personnel.** Such policies can cover initial teacher education and continuous in-service training and include the updating, development and implementation of professional teaching standards and competency frameworks to guide teacher education curricula, mentorship programmes, qualification and accreditation processes, and teacher formative assessment. Such measures should ensure teacher training is evidence-based, relevant, practical, and inclusive, including for migrant teachers. A national indicator of teacher policies could be developed in this regard.
3. **Improve the financing for teachers through integrated national reform strategies and effective functional governance and dedicated financial strategies.** A whole-of-government approach to improving conditions for teachers, fostering innovation, and financing education as a public good can increase the supply of qualified teachers and make a quality education workforce sustainable. A national benchmark of public investment in teaching could be developed.



# SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRECISA DE

## AJUSTES PARA GARANTIA PLENA DE DIREITOS

### NOTA TÉCNICA

Para garantir o pleno direito à educação, o PLP 235/2019 precisa fortalecer:

**Custo Aluno-Qualidade (CAQ)** para tornar o financiamento adequado e justo.

**Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB)** para aprimorar as políticas públicas educacionais.

**Gestão democrática** para promover direitos com a participação da sociedade.



**OBRIGADA**

**Andressa Pellanda**

Coordenadora Geral  
Campanha Nacional pelo Direito à  
Educação

[coordenacao@campanhaeducacao.org.br](mailto:coordenacao@campanhaeducacao.org.br)

